

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.210 - SP (2019/0302131-1)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : HIGOR EMANUEL MARINHO CAMPOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HIGOR EMANUEL MARINHO CAMPOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. SUPOSTA ILEGALIDADE NA PRISÃO CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO MANTIDA NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO. ESGOTAMENTO DA VIA RECURSAL ORDINÁRIA. EXECUÇÃO DA PENA. POSSIBILIDADE. (ARE n. 964.246).

Ordem denegada liminarmente (art. 34, XVIII, *b*, do RISTJ).

DECISÃO

Neste *habeas corpus*, impetrado, de próprio punho, por **Higor Emanuel Marinho Campos** – preso preventivamente nos autos da Ação Penal n. 1500082-57.2019.8.26.0594 (2ª Vara Criminal de Bauru/SP) –, sob alegação de constrangimento ilegal na manutenção da prisão cautelar, requer-se, em liminar e no mérito, a revogação da prisão.

É o relatório.

A ordem, no entanto, não merece concessão.

Em consulta ao portal eletrônico do Tribunal de Justiça local, obtive a informação de que o paciente foi condenado, nos autos da ação penal em referência, à pena de 5 anos e 10 meses de reclusão, em regime inicial fechado, além do pagamento de 583 dias-multa, sendo que, no julgamento da apelação, o recurso defensivo foi desprovido (fls. 11/16).

Diante do exaurimento da via recursal ordinária, a prisão do paciente não decorre mais da constrição cautelar (prisão preventiva), mas da **execução da pena**, na esteira da orientação firmada no âmbito do Supremo Tribunal Federal (ARE n. 964.246, com repercussão geral reconhecida).

Ante o exposto, **denego** a ordem liminarmente (art. 34, XVIII, *b*, do RISTJ).

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

